

ANÁLISE

Pág. 2

O crescimento de apenas 2,91% do .(PIB) em 1996 é insuficiente para as necessidades de renda e emprego dos brasileiros, escreve Lula

INTERNACIONAL

Pág. 3

A delegação do MST foi tratada com honras de chefes de Estado na Bélgica, onde foi receber prêmio da Fundação Rei Balduino

MOBILIZAÇÃO

Pág. 4

Plenária em São Paulo discutiu a ampliação das campanhas contra a venda da Vale, pela Reforma Agrária e por mais empregos

Nº. 40 - ano 1 - 07 a 13 abril de 1997

pt notícias
SEMANÁRIO DO DIRETÓRIO NACIONAL

PT
17 anos

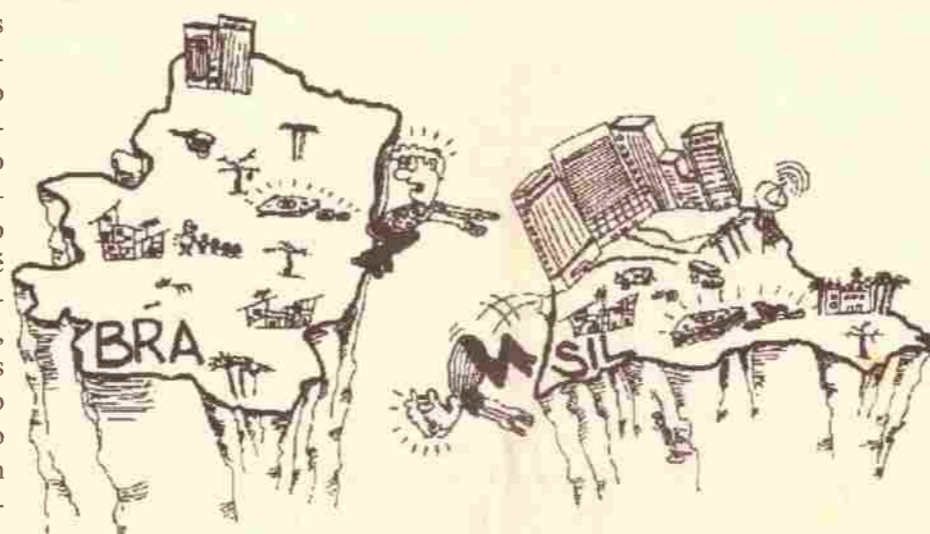
Cidades sofrem com descaso federal

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) dá um quadro dos desníveis sociais dentro do País. O levantamento, que resultou na produção do Atlas Regional da Desigualdade, deixa claras as conseqüências da interrupção dos investimentos, por parte do Governo Federal, nas áreas mais carentes do País, principalmente nos Estados do Norte e Nordeste. São elas o alto índice de analfabetismo, de mortalidade infantil, a queda na renda familiar, a piora na qualidade de vida nas regiões mais pobres, entre outros fatores.

Isso acontece porque o Governo Federal há muito tempo não toca programas de desenvolvimento regional, que reduzam a distância entre as regiões mais pobres das mais ricas do Brasil. Ao mesmo tempo, o Executivo Fe-

deral tira recursos de Estados e municípios, centralizando a captação de verbas, desrespeitando até o sistema federalista existente no País. Prova disso é o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que retira dos outros níveis de governo um dinheiro que não lhe pertence, em nome do saneamento das finanças federais. Essa política não livra nem os Estados mais desenvolvidos, afetando igualmente as regiões Sul e Sudeste.

É nesse contexto que os prefeitos que assumiram seus postos no dia 1º



de janeiro chegam ao cem dias de governo. O quadro é parecido em praticamente todas as cidades: dívidas, salários e compromissos com fornecedores atrasados, baixa arrecadação, ser-

viços públicos sucateados, servidores desmotivados. Além disso, há o desafio de o poder público municipal abraçar as tarefas abandonadas pelo Governo Federal e, em conseqüência, pelos estaduais: o desenvolvimento regional, a geração de emprego e renda, o cuidado com a saúde e a educação e, até, a segurança.

Para os prefeitos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores, há um outro desafio, que é o de implementar o Modo Petista de Governar, o que implica abrir canais para a população participar da administração,

para ela acompanhar as dificuldades, ajudar a definir as prioridades e somar esforços para enfrentar as elites, oligarquias e as práticas conservadoras de se fazer política.

Nos textos a seguir, iniciamos um balanço dos primeiros cem dias de algumas administrações democráticas e populares (a exceção é Belém, que preferiu usar como referência os 113 dias de governo), o quadro encontrado e como os prefeitos e prefeitas têm conseguido imprimir a marca do PT nas cidades, apesar das adversidades. Para esse trabalho, escolhemos sete cidades de diferentes regiões do País e que estão sendo administradas pela primeira vez por petistas, com exceção de Santo André (SP), que volta a ser governada pelo PT após um intervalo de quatro anos.

Finanças: em busca do equilíbrio

Assoladas pela falta de investimentos pelos governos Federal e estaduais, as prefeituras têm de sair em busca de recursos próprios para manter as cidades e tocar seus projetos. A saída é melhorar a arrecadação de impostos municipais e fiscalizar intensamente os repasses de recursos estaduais e federais.

A prefeita de Araçuaí, cidade de 35 mil habitantes do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, uma das regiões mais pobres do País, Maria do Carmo Ferreira da Silva, a Cacá, encontrou o município endividado. "A Prefeitura estava suja na praça, sem crédito até para comprar remédios", relata Milton Ávila, chefe de gabinete de Cacá. Para piorar, a equipe encontrou o setor de cobrança desestruturado. "A prática do clientelismo, adotada pelas gestões anteriores, criou na cidade uma situação de inadimplência muito grande. Pouquíssimos moradores

pagavam IPTU", disse Milton.

Uma das primeiras medidas foi reorganizar o setor de cobrança e promover uma campanha de pagamento do IPTU, o que já rendeu resultados: em três meses, a arrecadação com o imposto triplicou. "Mostramos à população que o pagamento de impostos reverte em seu próprio benefício", ilustra.

Maior fiscalização e eficiência no lançamento de impostos também é a atitude imediata tomada pelo prefeito Décio Lima, de Blumenau (SC), para melhorar a arrecadação. "Encontramos o cofre municipal vazio e tivemos de recorrer a um empréstimo para pagar o funcionalismo. A ordem agora é contenção de gastos e fim do desperdício do dinheiro público", comenta Décio.

Em Camaragibe (PE), o prefeito Paulo Santana deparou-se com uma receita própria de apenas 3%, sendo o restante fru-

to de repasses e transferências. A cidade é nova (foi emancipada de Recife em 1982), tem 120 mil habitantes, apenas 3% das residências servidas por esgoto, maioria das ruas sem pavimentação, ocupação desordenada de encostas de morros e grande índice de evasão escolar e repetência. Para intervir com mais eficiência na solução desses problemas, Santana está investindo no aumento da arrecadação através do recadastramento imobiliário, com o qual pretende identificar a inadimplência e cobrar os impostos. "Convocamos fiscais de renda aprovados em concursos anteriores para tocar esse trabalho", adiantou.



Cacá: inadimplência grande

Prioridade absoluta à Saúde

Camaragibe (PE) vem dando um exemplo para o País na área de Saúde. O prefeito atual, Paulo Santana, foi o secretário da Pasta na gestão anterior. No período, Santana implantou na cidade os programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde. Os projetos, iniciados pelo Governo Federal, ganharam impulso em Camaragibe, o

que levou a cidade a obter mais recursos para o setor. Os programas estão sendo ampliados pelo prefeito, que tem como meta atingir toda a população.

Em Araçuaí (MG), a prefeita Cacá está buscando a cooperação regional para enfrentar uma dificuldade nessa área. É que os municípios vizinhos ca-

recem de equipamentos de saúde, o que faz com que seus moradores recorram a Araçuaí quando precisam de atendimento médico. Como presidente da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha, Cacá está discutindo uma maneira de os prefeitos dividirem as despesas, para não sobrecarregar sua cidade, que dispõe de uma policlínica e oito postos de saúde na área rural.

Belém (PA) iniciou o ano com uma situação crítica na área de Saúde. A medida imediata tomada pelo prefeito Edmilson Rodrigues foi habilitar o município como gerenciador do sistema, para resolver um problema sério que era a falta de controle absoluto na área.



Edmilson: municipalização

Educação levada a sério

São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, estabeleceu como meta para a administração o lema Nenhuma Criança Fora da Escola. Nesses cem dias, o prefeito Amilton Gadelha já conseguiu imprimir sua marca, descentralizando o pré-escolar, com a criação de oito novos núcleos de ensino nos bairros, chamados de Maloca do Saber.

A educação também foi a primeira área a merecer especial atenção do prefeito de Belém (PA), Edmilson Rodrigues. Seu primeiro decreto assinado tratou da criação da Bolsa-Escola, que garante um salário mínimo por mês às famílias de baixa renda, desde que mantenham seus filhos, entre 4 e 14 anos, na escola. A complementação de renda é paga a 2.500 famílias, desde que as crianças tenham freqüência mí-

nima de 90% das aulas.

Camaragibe (PE) inova com a instituição dos agentes de educação popular, que são o elo da escola com a comunidade. O objetivo é eliminar a evasão escolar e a repetência.

Celso Daniel, de Santo André (SP), encontrou 11 creches inacabadas pela gestão anterior. Eram 891 crianças sendo atendidas em locais inadequados. "Nesses primeiros cem dias, já conseguimos garantir o atendimento de 631 dessas crianças", informou Daniel.



Daniel: creches inacabadas

Administrar lado a lado com a população

O orçamento participativo, símbolo do Modo Petista de Governar, é um dos mecanismos que vem sendo adotados pelas prefeituras administradas pelo PT para administrar junto com a população, estabelecendo com ela a destinação dos recursos e as ações prioritárias.

Em Belém (PA), o orçamento participativo já é realidade para quase 12 mil moradores. Desde 24 de fevereiro, já foram promovidas diversas assembléias com a população para discutir como serão gastos os recursos da Prefeitura.

Celso Daniel, em Santo André (SP), iniciará em junho a discussão do orçamento participativo nas 18 regiões da cidade. "O processo durará dois meses, inclusive com a realização de plenárias temáticas. Após esse período, criaremos o Conselho de Orçamento Participativo, composto por representantes da popula-



Pepe: 60 reuniões nos bairros

ção e do poder público, que terá por finalidade discutir e aprovar a proposta final que será apresentada à Câmara".

O prefeito Paulo Santana, de Camaragibe (PE), tem adotado desde o início de seu mandato a prática de governar junto com a população. Ele se reúne duas vezes por semana com a comunidade para discutir os problemas da cidade. "No próximo dia 19, o ex-prefeito de Porto Alegre (RS) Olívio Dutra estará na cidade para

aprofundar a discussão, que já envolve temas fundamentais para o governo, como a proposta de descentralização administrativa, que dividirá a cidade em regiões", anunciou Santana.

Em Blumenau (SC), a proposta de orçamento participativo já foi lançada e começará a ser discutida nos bairros em maio. "Estamos reestruturando os Conselhos Municipais, para ampliar a participação popular, e realizando audiências com associações de moradores", informou o prefeito, Décio Lima. Em processo de implantação está também o orçamento participativo em Caxias do Sul (RS). "Nos meses de janeiro e fevereiro, foram realizadas mais de 60 reuniões com a comunidade nos bairros, esclarecendo a proposta e definindo o processo de implantação da medida", comentou o prefeito Pepe Vargas.

RECADO AO MILITANTE



EM APOIO À CPI DOS PRECATÓRIOS

O Partido dos Trabalhadores reitera total apoio à CPI dos Precatórios e particularmente ao senador Eduardo Suplicy, representante do PT na Comissão. Para o PT, não se pode aceitar a versão segundo a qual o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda e do Banco Central, não participou do processo de emissão de títulos públicos dos Estados e Municípios para pagamento dos precatórios.

A gravidade dos fatos já descobertos e comprovados pela CPI, a responsabilidade dos governadores, prefeitos e das autoridades no Governo Federal, Ministério da Fazenda e Banco Central, no Poder Judiciário e nas instituições bancárias e financeiras exigem que a CPI não se limite a apurar a responsabilidade de funcionários públicos, diretores de bancos, corretoras e distribuidoras.

Só foi possível a governadores e prefeitos emitirem mais de três bilhões de reais em títulos públicos destinados basicamente a pagamento de fornecedores, pessoal e, quase nunca, precatórios devido à conivência do Governo Federal e de sua maioria no Senado.

Só foi possível a atuação de pequenos bancos, distribuidoras, corretoras e laranjas com o conhecimento e participação dos grandes bancos e de todo o mercado, que sabe e sabia quem eram as personagens e o que faziam. Nesse sentido, chama a atenção o fato de que, na maior parte dos casos, os recursos obtidos com a venda dos títulos foram usados para pagamento de empreiteiros e bancos — liquidação de operações de adiantamento de receita orçamentária (AROs) — que, evidentemente, sabiam que os recursos vinham dos precatórios e foram coniventes com o crime praticado pelos governadores e prefeitos.

Tudo foi feito com autorização — através de acordos políticos — indireta do Governo Federal, conhecimento do mercado, o que só agrava os crimes cometidos contra o

patrimônio público, o fisco e a Constituição.

Os prefeitos e governadores cometeram crime constitucional e são passíveis de impeachment e nada justifica a não-instalação de CPI em São Paulo.

O caso paulistano se agrava com os antecedentes do ex-prefeito Paulo Maluf e do caso Pau-Brasil. Na verdade, tudo foi originado dentro da Secretaria de Finanças, dirigida pelo atual prefeito Celso Pitta. Dali partiu toda iniciativa e ali se organizou com bancos, corretoras, distribuidoras e empresas fantasmas todo o esquema dos precatórios.

Não se pode também deixar de destacar a responsabilidade do Senado da República. É grave a iniciativa de um senador no sentido de impedir as investigações da CPI através de ameaças de morte. É criminosa a retirada do texto aprovado de artigos de resoluções propostos pelo senador Lauro

prefeito Paulo Maluf e o atual Celso Pitta e os senadores que relataram os processos sejam ouvidos pela CPI. Fica evidente que o prejuízo do Tesouro Público beneficiou funcionários públicos, banqueiros, corretoras e doleiros. Falta apenas apurar os benefícios de governantes e os "prejuízos" inexplicáveis de alguns bancos. Seriam doações para campanhas eleitorais, esquemas de lavagem de dinheiro ou simplesmente uma ciranda que produz centenas de milhões de reais em lucros?

O PT fará todo empenho para que a CPI esclareça a responsabilidade também do Governo Federal, dos grandes bancos e, particularmente, do prefeito Celso Pitta e do ex-prefeito Maluf. Se empenhará também pela instalação imediata de uma CPI em São Paulo, como já o fizemos em Santa Catarina, Alagoas e até mesmo Pernambuco.

O PT também trabalhará para punir os responsáveis por mais este assalto ao dinheiro do povo. Com orgulho, destaca que seus governos não lançaram mão do uso imoral e ilegal de emissão de títulos públicos para fins criminosos. Portanto, não pode aceitar as tentativas de senadores governistas e de autoridades do Banco Central e do Ministério da Fazenda de impedir os governadores e prefeitos de emitirem títulos públicos.

A crise de endividamento dos Estados só será resolvida num novo pacto federativo, numa mudança radical da política econômica, exige uma reforma tributária e fiscal e passa necessariamente por uma moratória e pelo alongamento da dívida dos Estados. O Governo Federal só tem agravado a situação dos Estados com sua política de juros elevados, de centralização dos recursos dos Estados através do Fundo de Estabilização Financeira, de isenção de ICMS para exportação e outros mecanismos.

O que se esperava e se espera dos governadores é que reajam a esta política e exijam do Governo Federal um novo pacto federativo e uma ampla reforma fiscal.

José Dirceu



Campos e que inviabilizariam tais ilegalidades. Mas nenhuma providência foi tomada até agora. Igualmente grave foi a não-aceitação das recomendações do senador Eduardo Suplicy. Uma delas era destinada a impedir que os recursos fossem utilizados para outras finalidades. Outra obrigava a Prefeitura de São Paulo a enviar um demonstrativo, a cada três meses, dos pagamentos ao BC.

É por isso que o PT apóia e exige que os governadores, prefeitos, o ex-



O PT em Campinas

O PT, considerado o maior partido de esquerda no Brasil, é também o maior partido de esquerda na cidade de Campinas. Atualmente, com dois vereadores, um deputado estadual e um deputado federal, o PT teve também uma expressiva votação em seu candidato a prefeito Antonio Costa Santos, que ficou em terceiro lugar nas últimas eleições municipais.

O maior desgaste do Partido dos Trabalhadores foi na época em que foi governo, do então prefeito Jacó Bittar, que se desligou do partido no meio do seu mandato, após sérios desentendimentos com a Executiva Municipal. Hoje, a maioria dos dissidentes está no PSB ou no PSTU.

A disputa pelo poder pelas correntes da Igreja e a Hora da Verdade causam um aspecto visível de desunião do parti-

do. Enquanto a Igreja tem um deputado estadual, dois vereadores e a presidência municipal, a Hora da Verdade tem um deputado federal. Talvez essa disputa interna tenha ocasionado o afastamento do PC do B do PT e sua coligação com o PSB nas eleições, considerado até então seu aliado natural.

Apesar disso, entre os partidos que têm representatividade na Câmara Municipal de Campinas, o PT é o que tem uma postura mais coerente, pois faz uma oposição clara ao governo do PPB, e não possui nenhum cargo na atual administração.

O PCB de Campinas parabeniza a oposição petista em nossa cidade, e luta também pela união das esquerdas.

Denis César Teruya,
presidente do PCB-Campinas (SP)

Novo jeito de construir o Partido

Algo que me tem angustiado há alguns anos. É a forma como temos construído nossas discussões internas no Partido, ao menos aqui em Brasília. Temos uma sistemática, ou melhor, uma metodologia de organizar encontros, definir teses e tirar resoluções que, acredito, não tem possibilitado um efetivo processo de construção coletiva do Partido. Passamos às vezes o ano sem realizar filiações e, nas vésperas de encontros, chove, de acordo com a conveniência e interesse de se ganhar os encontros.

Elaboramos teses entre poucos, mas, na hora em que são publicados os cadernos de teses, o número de assinantes das mesmas multiplica (tem gente que fica sabendo que está assinando tese no dia do encontro, quando vê seu nome em alguma delas). Vamos aos encontros, em geral, não para debater e construir uma tese global do Partido, mas sim para antecipadamente defender a nossa, pois "é

a melhor" e não podemos perder espaço.

Criticamos muitas vezes as melhores idéias de companheiros pelo simples fato de não podermos deixar "fulano" crescer no Partido. Gostaria de discutir, trocar idéias com companheiros que estejam também com esta angústia e que têm procurado alternativas.

Acredito que devamos mudar o norte de alguns processos de discussão e resolução. Talvez seja muito melhor que busquemos que qualquer resolução, qualquer tese tenha garantida a participação e de alguma forma contemplem em sua construção cada um dos possíveis. do que, como é praxe, emprendermos esforços para que nossa posição passe a todo custo, mas que depois, na hora de ser efetivada, a ação é boicotada pelos "perdedores". Parece meio utópico... mas eu aceito o desafio.

Pedro Gontijo, Brasília (DF).
E-mail: pedrogontijo@rudah.com.br



Cartas para esta seção devem ser enviadas ao seguinte endereço: Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Elíseos, São Paulo, SP, CEP 01203-002. Também podem ser enviadas para o e-mail da Secretaria Nacional de Comunicação na Internet: comunic@pt.org.br

Análise

O PIB e o reflexo sobre o emprego

O crescimento de 2,91% do PIB (Produto Interno Bruto) em 1996, anunciado no início de março pelo IBGE, ficou abaixo das expectativas e foi absolutamente insatisfatório para as necessidades de renda e emprego da população brasileira. É um crescimento lento para um país que já cresceu a taxas de 7, 8 e até mais de 10% ao ano. Quais são os efeitos desse desempenho medíocre sobre a vida do cidadão? Com um aumento populacional da ordem de 1,6% ao ano, isso resulta no crescimento da renda *per capita* de apenas 1,3%. Convenhamos, é muito pouco para uma Nação que tem sérios problemas de miséria para erradicar.

Um crescimento tão baixo exerce um efeito devastador sobre o emprego. Como acomodar os dois milhões de brasileiros que a cada ano atingem a idade adulta e engrossam o mercado de trabalho? Seria preciso crescer a uma taxa de 6 a 6,5% ao ano somente para acomodar os novos candidatos a postos de trabalho, sem falar daqueles que estão na fila de espera há muito tempo. Portanto, o PIB de 2,91% é irrisório e mal dá para manter a quantidade de empregos já existentes. É por isso que o desemprego vem se alastrando como uma praga desde o início dos anos 90. Na

década toda, só houve um ano, o de 1994, em que o crescimento do PIB atingiu a marca dos 6%. Nos demais, ficou abaixo, acumulando um exército de desempregados de milhões de brasileiros.

Mas o governo Fernando Henrique Cardoso não parece muito preocupado com o problema do desemprego. Para os técnicos do governo, o nível de desemprego no Brasil é baixo e não passa de 6% de toda a população economicamente ativa, conforme indicam as pesquisas do IBGE. Bem se vê

que o sr. presidente circula apenas nos luxuosos gabinetes de Brasília, onde a mesa é farta e todos têm ótimos empregos garantidos. Porque, se caminhasse pelas ruas de qualquer cidade brasileira, veria com seus próprios olhos que os números de desemprego do IBGE estão subestimados. São legiões de pedintes, vendedores ambulantes, biscateiros e assaltantes se acotovelando para conseguir um mínimo de sobrevivência nas esquinas das cidades. O número de crianças de rua aumen-

tou muito em São Paulo, entre 1995 e 1997, de acordo com o SOS Criança. Há cerca de 1,4 milhão de crianças na Grande São Paulo cujos pais ganham menos de dois salários mínimos, com grande possibilidade de acabar nas ruas.

Portanto, há fortes indícios de que os números do IBGE maquiavam uma parcela importante do desemprego que de fato existe hoje no Brasil. Os motivos são óbvios. Qualquer atividade remunerada, por insignificante que seja, é tida como "emprego" para o IBGE. Por esses critérios muito amplos, qualquer um que trabalhe pelo menos uma hora por semana e receba uma remuneração é considerado "empregado". Por exemplo, um biscateiro que lava apenas um carro ao longo de toda uma semana, ganhando, digamos, uns R\$ 10,00, é classificado como empregado pelo IBGE. Desse jeito, até que não é muito difícil ser empregado. O difícil é viver com R\$ 40,00 por mês.

Já a Fundação Seade e o Dieese utilizam critérios bem mais rigorosos para

identificar a magnitude do desemprego no Brasil. De acordo com o levantamento desses órgãos, o desemprego não pára de aumentar desde o final dos anos 80. Somente na Região Metropolitana de São Paulo, as taxas de desemprego subiram de 8,7%, em 1989, para 14,2% em 1994 e 15,1% em 1996, acumulando 1,2 milhão de desempregados na maior aglomeração urbana do Brasil. Como vemos, são taxas bem mais expressivas que os 6,2% do IBGE. Nas outras capitais, o panorama não é muito diferente e as taxas de desemprego oscilam entre 11% e 15%. São cerca de 7,5 milhões de desempregados em todo o Brasil.

Ao invés de virar as costas para um problema dessa magnitude, o Governo

FHC deveria estimular atividades como a construção civil, a pequena produção agrícola, a micro e pequena empresa, as obras de saneamento e várias outras com grande potencial de emprego, de modo a empurrar o PIB para um aumento de mais de 6% ao ano. Mas, como fazer isso se qualquer elevação do PIB resulta hoje em perigoso déficit comercial? É aí que reside o nó da questão. Enquanto não mudar a política cambial e tarifária, é o próprio governo que vai segurar a economia, condenando o País a um crescimento medíocre, com alto desemprego, enfim, a um grande desperdício de nosso potencial produtivo.

Luiz Inácio Lula da Silva

Expediente

ptnotícias é uma publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. **Presidente Nacional do PT:** José Dirceu / **Secretária Nacional de Comunicação:** Vera Gomes / **Jornalista responsável/Edição:** Carlos Mercuri (Mtb 19.645) / **Redação:** Carlos Mercuri, Mariângela Graciano, Myrian Luiz Alves / **Administração:** Ricardo Bimbo, Lia Gonçalves / **Projeto Gráfico:** Fábio Cotrim Meirelles / **Editoração eletrônica:** Sandra Luiz Alves / **Sede:** Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Elíseos, São Paulo (SP), CEP 01203-002, tel.: (011)224-1900 (PABX), fax (011)222-9665 / **Tiragem:** 11 mil / **Impressão:** Bangraf.



Banqueiros vão depor à CPI

A grande novidade da CPI dos Títulos Públicos é a convocação de presidentes e diretores de grandes bancos para depor. A convocação acabou sendo aprovada apesar das pressões dos senadores Bernardo Cabral (presidente da CPI) e de Antônio Carlos Magalhães (presidente do Senado) contra a vinda de presidentes dos bancos.

Os dirigentes do Bradesco, Banco Multiplic, Caixa Econômica Federal e Banestado (Banco do Estado do Paraná) foram chamados para explicar aos senadores por que não compraram os títulos públicos nos leilões feitos pelos Estados e municípios envolvidos. A falta desse procedimento permitiu o trânsito dos papéis por uma rede de pequenos bancos e corretoras, empresas de fachadas e *laranjas*, fazendo com que os títulos acabassem sendo comprados com ágio e trazendo lucros extraordinários aos personagens dessa verdadeira *corrente da alegria*.

Segundo avaliações, os bancos e também fundos de pensão de estatais acabaram tendo prejuízo que chega à cifra de R\$ 100 milhões. No final da linha, quem acabou pagando o prejuízo foram os aplicadores nos bancos e os contribuintes dos fundos. Eles perdem porque, com a pretensa irresponsabilidade das instituições às quais confiaram a gestão de sua poupança, deixam de obter um rendimento melhor às suas aplicações.

Como dirigentes de bancos como o Bradesco não são novatos no mercado financeiro, fica no mínimo estranho

APURAÇÃO TOTAL DA CORRUPÇÃO



acreditar que as instituições levaram a pior nas transações com os títulos, pagando ágio para empresas de pequeno calibre, por ingenuidade. Os banqueiros têm muito a explicar à CPI...

Suspeita antiga

Em 16 de maio de 94, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) já alertava o Banco Central sobre possíveis irregularidades na emissão de títulos pela Prefeitura de São Paulo.

O senador enviou, naquela data, ofício ao BC solicitando atenção do órgão quando fosse dar seu parecer na emissão dos papéis antes de enviá-lo ao Senado para apreciação. No ofício, Suplicy alertava que vinha acompanhando havia mais de um ano a emissão de letras da Prefeitura paulistana e verificado que os recursos obtidos não estavam sendo destinados ao pagamento de precatórios judiciais, como manda a Constituição.

Em resposta, quase um mês depois, o BC, então presidido pelo atual ministro da Fazenda, Pedro Malan, tirou o corpo fora, afirmando que os responsáveis pela investigação da irregularidade seriam o Tribunal de Contas do Município e a Câmara Municipal. Acontece que Suplicy baseava-se numa resolução do próprio Banco Central, a de número 11/94, que confere ao BC o poder de fazer essa investigação. Desde então, o senador não obteve mais nenhum retorno. Hoje, já está comprovado que pelo menos R\$ 600 milhões arrecadados pela Prefeitura de São Paulo não foram usados, como deveriam, para pagamento de precatórios.



Propostas para o Vale do Ribeira

No dia 31 de março, Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente regional do PT de São Paulo, deputado federal João Paulo Cunha, acompanhados de deputados estaduais e vereadores petistas, estiveram na região do Vale do Ribeira — a mais pobre do Estado — discutindo com prefeitos uma proposta de Desenvolvimento Sustentável para o Vale.

Elaborada pelo Instituto Cidadania, a partir de uma caravana pela região realizada em dezembro de 1995, a proposta apresenta um diagnóstico das condições de vida no Vale, a necessidade de ações integradas — trabalhando políticas ambiental e de infra-estrutura (incluindo transporte, energia, habitação popular, saneamento básico e recursos hídricos e comunicação), além de políticas agrária, agrícola, pesqueira, industrial, ecoturismo, orçamento participativo etc. Segundo o Instituto, o desenvolvimento do Vale do Ribeira necessita de dois tipos de planos: um de Desenvolvimento Regional, previsto para 10 anos (com regularização fundiária e levantamento dos recursos naturais) e um

Emergencial, previsto para os próximos dois anos.

Um dos principais problemas constatados pela caravana é o alto nível de desemprego, agravado pelo sentimento de revolta da população contra a política de proteção ambiental. Praticamente 75% da região são áreas de preservação. A maneira autoritária pela qual foi implantada a política de defesa do meio ambiente provocou ainda mais o empobrecimento de milhares de pequenos produtores, que tiveram suas atividades de subsistência transformadas em crimes inafiançáveis. Para o Instituto, é preciso integrar a questão ambiental dentro de um projeto mais amplo, contemplando o desenvolvimento econômico e social. Para isso é necessário condicionar globalidade, gradualismo, zoneamento e participação popular.

O Programa, apresentado a quase duas dezenas de prefeitos e vereadores da região, havia sido entregue por Lula ao governador Mário Covas em fevereiro.

Instituto Cidadania: (011) 6915-7022

Cartões PT Bradesco Visa

Você não precisa ter conta no Bradesco

Procure o diretório de sua cidade. Agora é ele que ganha com os cartões. Ou ligue para o Diretório Nacional: (011) 223-3944

SECRETARIAS

MST é recebido com honras na Bélgica

Fábio Cotrim Mairalles/Arquivo DN

“Fomos recebidos como uma delegação oficial, como se fôssemos chefes de Estado.” Assim Egídio Brunetto, dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), avalia a recepção que ele, Ivanete Tonin, do MST gaúcho, e dom José Gomes, bispo de Chapecó (SC), tiveram na Bélgica, onde foram receber o prêmio concedido pela Fundação Rei Balduino ao movimento, no dia 19 de março. Foi uma semana de atividades, que incluíram audiência de 20 minutos com o rei Alberto II, cerimônia no Palácio Real, com a presença da família real e mais de 400 convidados, entre autoridades governamentais, representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) e membros de universidades, e encontro com deputados do Parlamento Europeu. Além de participação em uma festa informal organizada por ONGs, na qual os militantes do núcleo do PT na Bélgica estiveram presentes.

Segundo Brunetto, o evento teve uma repercussão muito grande na imprensa e na sociedade, tanto belga quanto em outros países da Europa. “Percebemos que, hoje, há maior sensibilidade na Bélgica e na Europa em relação à questão agrária no Brasil, apesar de o Governo brasileiro ter tentado nos desmerecer, dizendo ao embaixador belga que éramos baderneiros. Fernando Henrique foi desmoralizado com esta premiação”, comentou o dirigente.

Brunetto adiantou que o dinheiro recebido, em torno de 122 mil dólares, será utilizado na capacitação técnica dos educadores que atuam nos assentamentos e das cooperativas formadas para a comercialização da produção das famílias assentadas e na luta pelos direitos humanos.

Xinxim de galinha

O dia 20 de março foi mais informal para a delegação do MST. Após serem recebidos pela Comissão de Direitos Humanos do Parlamento Europeu, quando expuseram a situação de violência no campo no Brasil, Brunetto, Ivanete e dom José tiveram um encontro com os petistas que vivem na Bélgica, integrantes de ONGs, jornalistas e quem mais se interessou em conhecer o trabalho do movimento, totalizando mais de 200 pessoas.

Maria Sueli Peres, integrante do núcleo do PT na Bélgica, que vive no país desde 1974, preparou para a delegação um xinxim de galinha, que aprendeu a fazer com a mãe, quando vivia no Nordeste brasileiro. “Também levamos os três para conhecer, no dia 22, um sábado, locais mais populares da Bélgica, para que eles não saíssem do país apenas tendo visitado palácios e prédios governamentais”, brinca Sueli.

A militante conta que levar a delegação do MST para contato com a população belga serviu ainda para dar continuidade ao fato. “Vamos capitalizar a sensibilidade criada com a premiação e trabalhar junto aos parlamentares europeus para manter os olhos e a atenção voltados à questão da Reforma Agrária no Brasil”, afirmou Sueli.

Para o dia 17 de abril, data da che-



Brunetto: fomos tratados como chefes de Estado

gada da Marcha do MST em Brasília e quando completa um ano do massacre de Eldorado do Carajás (PA), está sendo preparada uma grande manifestação em frente à Embaixada do Brasil na Bélgica, quando será entregue ao embaixador abaixo-assinado pedindo urgência na realização da Reforma Agrária. “A Embaixada não mandou ninguém para representá-la na cerimônia de premiação, o que criou um embaraço diplomático”, disse Sueli.

Secretaria Nacional de Relações Internacionais: (011) 224-1915

Movimento luta por mais recursos à Saúde

A Plenária Nacional de Saúde, que congrega entidades da sociedade civil interessadas em preservar e assegurar o direito à saúde, da qual o Setorial Nacional de Saúde do PT faz parte, vem batalhando para a destinação de mais recursos para a área, como forma de a população ser beneficiada com a mudança do modelo de gestão implementada com a constituição do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Jacinta de Fátima Sena da Silva, uma das coordenadoras da Plenária e membro do Setorial petista, o direito universal da população à saúde não estará devidamente atendido enquanto a questão do financiamento para o setor não estiver resolvida.

Para isso, foi criado o Movimento em Defesa da Saúde e pela Implementação

do Sistema Único de Saúde — SOS SUS —, que luta pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 169, do deputado federal Eduardo Jorge (PT-SP). O projeto, já aprovado pela Comissão Especial e aguardando apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados, determina a destinação de 30% das receitas das contribuições sociais da Seguridade Social e 10% das receitas fiscais dos Estados e municípios para ações e serviços de saúde.

O Movimento SOS SUS tem buscado adesão de diversos setores da sociedade à bandeira da defesa da saúde e atuado na divulgação da luta por todo o País. Para os próximos dias, estão marcados dois eventos de destaque. Para 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, o Movimento

articula a realização de atos públicos em todos os Estados. No dia 16 de abril, haverá ato-show em Brasília, oportunidade em que a luta em defesa do SUS terá condições de ganhar visibilidade nacional.

A presença dos militantes, filiados e dirigentes do PT em todos os Estados e municípios nesses atos é fundamental para garantir a implantação definitiva do SUS e proporcionar a toda a população o direito à saúde e ao controle público da gestão, através dos canais de participação popular previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde.

Secretaria Nacional de Movimentos Populares: (011) 224-1912

CUIDE BEM DO PT!

Prestação de Contas 30 de abril de 1997

Acompanhe, colabore, verifique.

Não perca o prazo.

Não deixe para a última hora.

Não fique na mão.

Aproveite as dicas da cartilha “Prestando Contas”

Utilize o apoio do Diretório Nacional.

Secretaria Nacional de Finanças & Planejamento

telefone (011) 224-1979.

Até o dia 30 de Abril, todos os Diretórios e Comissões Provisórias de todos os Estados e Municípios são obrigados por lei a apresentar à Justiça Eleitoral a prestação de contas referente a movimentação financeira de 1996.

Nenhum Diretório ou Comissão Provisória, por nenhuma razão, está dispensado do cumprimento desta exigência legal!

O registro do PT e o repasse das cotas do fundo partidário dependem deste trabalho, bem elaborado e entregue dentro do prazo. Por isso, este assunto de prestação de contas diz respeito a todos e não apenas ao Presidente e ao Tesoureiro de cada diretório. A existência do PT é patrimônio e responsabilidade de todos nós.

Clara Ant - Secretária Nacional de Finanças & Planejamento

Veja o que diz a Lei nº 9.096/95 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos:

Artigo 28: “O Tribunal Superior Eleitoral, após trânsito em julgado de decisão, determina o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido contra o qual fique provado: (...) III - não ter prestado, nos termos desta lei, as devidas contas à Justiça Eleitoral.

Artigo 37: A falta de prestação de contas ou sua desaprovação total ou parcial, implica a suspensão de novas quotas do fundo partidário e sujeita os responsáveis às penas da lei, cabíveis na espécie, aplicado também o disposto no Art. 28.



Campanhas ganham alcance nacional

Alexandre Machado

No dia 25 de março, foi realizada plenária nacional de mobilização, em São Paulo, reunindo presidentes e representantes de 13 diretórios regionais, membros da Comissão Executiva Nacional do Partido e dirigentes petistas da CUT. No encontro, convocado pelo Grupo de Trabalho de Mobilização (GTM), foram discutidas formas de ampliar a participação dos petistas, em todo o País, nas campanhas contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce, pela reforma agrária, pelo emprego e contra a precarização do trabalho, que é a pauta de mobilização do PT para este ano.

Durante a plenária, foi apresentado o calendário de mobilizações (ver nesta página) disponível até aquele momento e discutidas formas de os dirigentes estaduais incrementarem a participação de suas bases nas atividades. A luta pelo emprego e contra a precarização do trabalho não tem calendário definido, mas, segundo Luiz Inácio Lula da Silva, precisa estar na pauta de todos os diretórios. "Os dirigentes estaduais têm que tomar a dianteira nesta campanha, procurando organizar, nas cidades, assembleias com os desempregados, ver com os prefeitos

do PT quais propostas eles têm para a geração de emprego e renda e contribuir na mobilização pela redução da jornada de trabalho", orientou Lula.

A chegada da Marcha dos Sem Terra pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, no dia 17 de abril, em Brasília, é a primeira atividade a ser ampliada nos Estados. Os representantes dos DRs foram incentivados a organizar caravanas à Capital Federal para participar do ato. No levantamento realizado durante o encontro, os Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Maranhão, Pará e Tocantins, além do Distrito Federal, já estão se organizando para marcar presença em Brasília no dia 17.

A orientação para os Estados que não puderem enviar caravanas a Brasília é organizar alguma atividade regional, como ato público, manifestação, debate, caminhada, pichação. A idéia é que, em cada município em que haja um núcleo ou diretório do PT, o 17 de abril seja marcado como o dia pela reforma agrária e contra a violência e a impunidade no campo.



Lula fala sobre a campanha contra o desemprego e a precarização do trabalho e pede o empenho dos dirigentes

21 de abril terá ato nacional pela Vale

A mobilização nacional contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce terá seu ponto forte em 21 de abril, quando, na cidade de Ouro Preto (MG), será realizado o ato Inconfidência Brasileira. Para esta data, os dirigentes regionais também estarão preparando formas de participação na manifestação, seja com a organização de caravanas até a cidade mineira ou com a realização de atividades em seus Estados em protesto contra a privatização da empresa.



Manifestação contra a venda da Vale em Itabira, em Minas Gerais, em 14 de março, reuniu 10 mil pessoas: manter a mobilização para o dia 21 de abril

Outras manifestações já estão sendo organizadas em todo o País, como a que será realizada no dia 11 de abril, na Cinelândia (RJ), promovida pelo PT, CUT, ABI, entre outras entidades. No dia do leilão da Vale, em 29 de abril, também estão previstas atividades no Rio de Janeiro, para as quais é importante a participação de todos os Diretórios Regionais e Municipais.

Em outra frente de mobilização, está sendo proposta no Congresso Nacional a constituição de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para analisar as irregularidades apontadas no relatório entregue à Comissão Externa da Câ-

mara que acompanha o processo de privatização da estatal. O relatório, preparado por um grupo de 22 especialistas, convidados pela comissão para analisar os documentos sobre a companhia colocados à disposição dos interessados no leilão, indica subavaliação de pelo menos US\$ 2 bilhões no preço da Vale, subestima a Alunorte, que explora bauxita para produção de alumínio, oculta a ocorrência de urânio (mineral de exploração exclusiva da União) na região de Carajás (PA) e não faz nenhuma menção sobre as reservas de titânio.

Investigação

A Comissão Mista também pretende investigar a ligação entre a empresa

F.Silva/PM Itabira

Merril Lynch, integrante do consórcio contratado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para avaliar a Vale, e a empresa de mineração sul-africana Anglo American, potencial interessada na aquisição do controle da companhia.

A intenção da Comissão é descobrir se a Merrill Lynch subavaliou o patrimônio da estatal visando favorecer a companhia sul-africana.

Ao mesmo tempo, haverá tentativa de barrar o leilão através de ações populares e ações diretas de inconstitucionalidade. A alegação para a arguição de constitucionalidade, segundo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), se baseia em que o Governo não pode fazer concessão sem realizar licitação.

No dia 31 de março, foi lançado, em reunião do Movimento Nacional em Defesa da Vale no Rio de Janeiro, manifesto pedindo a suspensão do leilão, a ser entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso. O manifesto é assinado, entre outros, pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Grito da Terra Brasil amplia pauta



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) lançou, no último dia 19, o 4º Grito da Terra Brasil, com a entrega oficial da pauta de negociação às presidências da República, Câmara e Senado. A partir da segunda quinzena de abril, será definida a agenda de audiências com os ministros do Trabalho, Justiça, Previdência, Meio Ambiente, Agricultura e Reforma Agrária. O ponto alto da mobilização está previsto para o período de 1º a 15 de maio, em Brasília, quando cerca de dois mil trabalhadores rurais de todo o País se concentrarão na Capital.

Além das atividades em Brasília, as Federações de Trabalhadores na Agricultura de cada Estado realizam atos públicos e rodadas de negociação com os governos estaduais para definição de políticas públicas em nível estadual. São os chamados Gritos da Terra Estaduais, que já foram lançados em Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Este ano, o Grito da Terra Brasil é promovido por um pool de entidades, o que permitirá ampliar o leque de pautas. É o caso do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), cujas manifestações no início deste mês serviram de aquecimento ao Grito da Terra Brasil. Um grupo com 250 seringueiros esteve em Brasília, no início de março, para negociar com o Governo Federal a implantação do custo ambiental, espécie de subsídio à produção da borracha, que não está conseguindo competir com os preços praticados pelos produtores da Malásia. Hoje, o quilo da borra-

cha brasileira é vendido a R\$ 1,60, quando deveria ser R\$ 3,00.

O CNS reivindica ainda que o Programa para Desenvolvimento do Extrativismo (Prodex) obedeça às mesmas condições do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Proceara) e que o Governo realize demarcações de novas reservas extrativistas.

Em Curitiba, no último dia 14, os atingidos por barragens interromperam a BR-116 e promoveram um protesto em frente ao Palácio do Governo, cobrando providências com relação às famílias que perderam suas casas e empregos. A manifestação acabou transformando a data em dia internacional dos atingidos por barragens. (Tânia Almeida/ACN) Contag: (061) 321-2288

PARTICIPAÇÃO É FUNDAMENTAL

As datas de 17 e 21 de abril e a segunda quinzena de maio são cruciais para os petistas. São, respectivamente, os dias de chegada da Marcha dos Sem Terra em Brasília, o ato contra a venda da Vale em Ouro Preto (MG) e o período de mobilização do Grito da Terra Brasil. A plenária nacional realizada no dia 25 de março deliberou que em todo o País sejam promovidas atividades para repercutir essas lutas. Além disso, é importante que os prefeitos, governadores, parlamentares e lideranças ocupem seus espaços na imprensa para divulgar esses eventos em defesa do Brasil.

MOBILIZAÇÃO

ABRIL

- 10 - Encontro das caravanas da Marcha do MST em Cristalina (GO)
- 11 - Passeata contra a venda da Vale na av. Rio Branco. Rio de Janeiro
- 14 - Exposição de fotos de Sebastião Salgado - Natal (RN)
- 17 - Dia Nacional de Luta - chegada da Marcha do MST a Brasília
- 21 - Inconfidência Brasileira - Manifestação em Ouro Preto (MG)
- 29 - Leilão da Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro

MAIO

- 1º - Dia do Trabalhador
- 15 a 30 - Atos regionais do 4º Grito da Terra Brasil



CALENDÁRIO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS DE RÁDIO E TV DO PT - 1º SEMESTRE

| Estados | Datas |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------|
| AC, AP, BA, CE, DF, MA, MS, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SE e SP | 21 de abril |
| AL e MG | 28 de abril |
| ES, GO, MT, PR, SC e TO | 26 de maio |

Horários dos Programas

20h às 20h20 (rádio)
20h30 às 20h50 (TV)

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00
 Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para Partido dos Trabalhadores, Banco do Brasil Ag. 3323-5 - Barra Funda - SP - cc nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome _____ Tel _____
 Endereço _____ Estado _____
 Profissão _____ Cidade _____
 CEP _____ Filiação ao PT: sim não
 Sexo: Masc Fem

ASSINE O SEMANÁRIO



Rua Conselheiro Nébias, 1052
 CEP 01203-002 São Paulo/SP
 Fax (011) 220.2103